

Sérgio Motta explica processo de privatização

Começa na próxima quarta-feira, dia 10, em reunião conjunta das comissões de Constituição e Justiça, Assuntos Econômicos e Infra-Estrutura, a votação do projeto do Executivo que regulamenta a exploração da telefonia celular. Ontem, o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, expôs às três comissões o desenvolvimento do programa brasileiro de telecomunicações, em três etapas. Primeiro, a aprovação do projeto de lei que trata das telecomunicações. Depois, em setembro, o encaminhamento ao Congresso da proposta de criação de um órgão regulador. Finalmente, o programa de privatizações, a ser concluído até 1998.

Página 5

NESTA EDIÇÃO

Rocha e Hollanda cobram ação contra desigualdade regional

Página 2

Cafeteira defende manutenção da Voz do Brasil

A maioria dos parlamentares só dispõe da *Voz do Brasil* para prestar contas a seus eleitores, diz senador, ao defender o programa.

Página 8



O ministro Sérgio Motta depôs ontem em reunião conjunta de comissões do Senado

CAE examina hoje benefícios às micro

Isenção de impostos e linhas especiais de crédito fazem parte do projeto de Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

O projeto de Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e o que institui um regime tributário para o setor serão apreciados hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo. De autoria do senador José Sarney (PMDB-AP), os dois projetos têm como relator o senador Bello Parga (PFL-MA).

De acordo com a proposta de estatuto, considera-se microempresa a empresa individual ou a pessoa jurídica cuja receita bruta anual seja igual ou inferior a R\$ 204 mil. Elas gozarão de facilidades creditícias e contarão com linhas especiais de crédito, em condições favorecidas em relação a prazos de pagamento e juros.

O projeto de Sarney sobre

regime tributário da microempresa concede a ela isenção dos seguintes tributos: Imposto de Renda, Imposto sobre Operações Financeiras, contribuição ao Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), contribuição social sobre o lucro, e taxas vinculadas exclusivamente ao exercício do poder de polícia.

- As pequenas empresas, no Brasil, são responsáveis por cerca de 98% dos estabelecimentos existentes na indústria, comércio e serviços, e 60% da oferta de emprego - argumenta o senador ao justificar o projeto de estatuto, acrescentando que "praticamente nada, ou muito pouco" tem sido feito em relação a elas.

A CAE também deve apreciar na reunião de hoje pedido de autorização formulado pelo governo de São Paulo para emissão de Letras Financeiras, e ainda solicitação da prefeitura de Bauru (SP) para contratar empréstimo no valor de R\$10 milhões, junto ao Chase Manhattan.

Para Távola, a estabilização é apenas o começo

Afirmado estar certo de que o Brasil tem uma saída para resolver seus problemas sociais, Artur da Távola destaca que a estabilização monetária é o começo de um longo trabalho e que o governo sabe o rumo a ser tomado. **Página 4**

Senadores pedem fim da desigualdade regional

O governo deve assumir posição clara no sentido de reduzir as desigualdades regionais, segundo cobrança feita em plenário pelo senador Joel de Hollanda. Ele defende uma conjugação de esforços em favor do

Nordeste. Já para o senador Sebastião Rocha, o aprofundamento da concentração de riquezas numa única região revela a falta de uma política de desenvolvimento global para o País.

Hollanda sugere mutirão para desenvolver Nordeste

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) sugere que seja feito um mutirão dos governos estaduais e federal visando a realizar os investimentos necessários para retirar o Nordeste da "situação vexatória que a desigualdade brasileira lhe impõe". O senador destacou o relatório da ONU sobre o desenvolvimento humano no Brasil, lembrando que as áreas mais pobres estão situadas nas regiões rurais do Nordeste e nas grandes cidades.

Ele disse que é chegado o momento de o governo assumir uma posição clara no sentido de reduzir as desigualdades regionais e as diferenças de renda entre as pessoas. "Os governos existem para solucionar conflitos, proteger os desvalidos e propor desenvolvimento nas áreas carentes".

Para Joel de Hollanda, o documento da ONU poderia ser adotado pelos senadores como uma espécie de orientação para



Joel de Hollanda

quando forem deliberar sobre investimentos do governo. O senador destacou que o relatório considera que o Brasil deverá ter crescimento econômico anual da ordem de 5%, a partir do ano 2010. O trabalho sugere que o País se encontra hoje em melhor situação para ingressar em novo ciclo de progresso, com a queda na taxa de crescimento da população, as tendências do processo de urbanização, a capacidade empresarial e tecnológica já adquirida e a dimensão do mercado interno.

Sebastião Rocha condena concentração de riqueza

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) acredita que o retrato inequívoco da falta de uma política de desenvolvimento regional para o País é o aprofundamento da concentração das riquezas numa única região. Ele ressalta que, segundo estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 1995 só o Sudeste aumentou sua participação no PIB, em 2,48%, enquanto o Norte reduziu em 0,47%, o Nordeste em 0,05%, o Centro-Oeste em 1,78% e o Sul em 0,19%.

Sebastião Rocha considerou esses dados contraditórios em relação ao último relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que identificou um "terceiro Brasil", com qualidade de vida comparável à da Bulgária. O Amapá, disse Rocha, aparece no relatório como o 10º estado do País em Índice de Desenvolvimento Humano



Sebastião Rocha

(IDH) e o 3º em melhor expectativa de vida. O Ministério da Educação, no entanto, identificou no Amapá uma das piores qualidades de ensino no Brasil, comparou.

Sebastião Rocha solicitou também a transcrição, nos anais da Casa, da ação direta de inconstitucionalidade encaminhada pelo senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ) ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, contra o decreto presidencial que permitiu a contestação das demarcações das terras indígenas.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: *PDL nº 53/94, que aprova os textos das Convenções nºs 163, 164, 165 e 166 da Organização Internacional do Trabalho (OIT); *PDL nº 22/95, que ratifica o texto da Convenção nº 167 da OIT; *PDL nº 27/96, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o Brasil e a Namíbia, em Brasília, em 07.03.95; e *PDL nº 33/96, que aprova o texto do Acordo Internacional do Cacau, de 1993, assinado em 02.02.94, na sede das Nações Unidas, em Nova York.

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: *PLS nº 31/96 (terminativo), que dispõe sobre o regime tributário das microempresas e empresas de pequeno porte; *PLS nº 32/96 (terminativo), que institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição; e *Ofício "S" 65/96 (não terminativo), de solicitação da Prefeitura Municipal de Baurusp para contratar operação de crédito junto ao Chase Manhattan, no valor de R\$ 10 milhões, destinada à execução de viadutos de ligações de sistema viário e obras de infra-estrutura e saneamento. Sala 19 - Ala

Senador Alexandre Costa.

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.507/96, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA AMANHÃ

PLENÁRIO

Quinta-feira (04.07.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: *PDL nº 35/96, que aprova o texto da Resolução (42) 3 da Assembleia Geral do Instituto Internacional para Unificação do Direito Privado (Unidroit), adotada em sua 42ª Sessão, em 12.12.89, pela qual se introduz emenda ao parágrafo 1º do art. 17 de seu Estatuto Orgânico; *PDL nº 36/96, que aprova o texto do Convênio de Sede da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (Ritla), celebrado no Rio de Janeiro, em 04.09.95; *PDL nº 37/96, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos, celebrado entre o Brasil e o México, em Brasília, em 26.05.95.

Mauro festeja pagamento de dívidas rurais

Senador afirma que decreto do governo autorizando o Tesouro Nacional a emitir títulos para quitar débitos vencidos do Proagro é fator de tranqüilidade aos agricultores



Jonas Pinheiro

Jonas elogia plano de safra do governo

O Plano de Safra 1996/97 sinaliza que o governo federal tem uma política para a agricultura com ênfase no mercado, menos intervenção estatal e simplificação do processo de financiamento e comercialização, disse ontem o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). "É importante ressaltar que esse plano foi divulgado em tempo hábil e na época oportuna, dando aos agricultores melhores condições para que tomem, com a necessária antecedência, as suas decisões sobre a próxima safra", frisou.

Entre as medidas incluídas no plano, Jonas Pinheiro destacou a redução da alíquota de adesão ao Proagro. Desse modo, segundo ele, as culturas de arroz sequeiro e feijão, por exemplo, terão sua alíquota diminuída de 11,7% para 6,7%. "Outra ação fundamental do plano é o aumento do crédito rural em relação à safra anterior, que passará dos atuais R\$ 3,7 bilhões para cerca de R\$ 5,2 bilhões. Isso só foi possível graças à elevação da parcela dos depósitos à vista que deve ser aplicada em crédito rural", afirmou.

O senador disse ainda que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar contará com recursos de R\$ 1 bilhão e que terá suas ações atualizadas, podendo outros bancos repassar o dinheiro aos agricultores, o que antes era feito apenas pelo Banco do Brasil.

Decreto assinado na segunda-feira pelo presidente Fernando Henrique Cardoso autoriza o Tesouro Nacional a emitir títulos para o pagamento das dívidas vencidas do Proagro (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária), informou ontem, em plenário, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO). "A decisão tranqüiliza os agricultores brasileiros que aguardavam esse novo oxigênio para as suas atividades", disse.

Desde agosto de 1991, observou Mauro Miranda, o governo não repassa os recursos do Proagro aos agricultores que a eles têm direito. Daí a sua satisfação com o decreto



Mauro Miranda

presidencial e com a Medida Provisória nº 1.504, de 13 de junho, que autorizou o pagamento das importâncias devidas como indenizações do Proagro.

Na opinião do senador, o decreto, assim como as medidas em favor da agricultura divulgadas na semana passada, são "os primeiros bons re-

sultados da ação do ministro Arlindo Porto à frente da pasta da Agricultura", sem qual quer demérito para seu antecessor, salientou.

Criado em 1973 e reformulado em 1991, o Proagro funciona como um sistema de seguro contra os riscos inerentes à produção agropecuária, como fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos e plantações, frisou Mauro Miranda. Nesses casos, o Proagro assegura a exoneração de obrigações relativas a operações de crédito rural e indenização dos recursos próprios dos produtores utilizados para custeio, afirmou.

Osmar faz propostas para a agricultura

O senador Osmar Dias (PR) apresentou ontem três propostas destinadas a incrementar a agricultura nacional e o processo de reforma agrária.

A primeira prevê a criação da Letra Agrícola, um instrumento de captação de recursos financeiros destinados ao financiamento da produção. A segunda propõe a substituição das cooperativas pelo Banco do Brasil, levando-se em conta a sua maior credibilidade e tornando o sistema operacionalmente mais simples, confiável e rápido de implantar. A terceira estabelece a criação do Fundo Agrário, destinado a financiar os assentamentos rurais.

Segundo Osmar Dias, as propostas foram entregues ao presidente da República, ao ministro da Agricultura



Osmar Dias

e encaminhadas ao Banco do Brasil mas, até o momento, ele não obteve respostas.

Osmar Dias disse que o governo não pode fazer a reforma agrária sem considerar a si-

tuação dos 5 milhões e 220 mil propriedades menores de 100 hectares, cujas famílias estão enfrentando dificuldades e poderão aumentar a fila dos sem-terra se nada for feito. Disse que não sabe como os recursos de R\$ 1 bilhão, anunciados pelo presidente da República para a agricultura, chegarão a esses pequenos agricultores, uma vez que o limite de 5 mil reais afasta os bancos privados dessa operação.

Em apertes, manifestaram-se sobre o tema os senadores Marina Silva (PT-AC), Bernardo Cabral (PFL-AM), Jefferson Peres (PSDB-AM) e Lúdio Coelho (PSDB-MS).

Lúdio destaca que recursos crescem 35%

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) elogiou ontem o anúncio do finan-



Lúdio Coelho

ciamento para a próxima safra, feito pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Conforme o senador, houve um aumento de 35% dos recursos para a agricultura, o que, acentuou, vai proporcionar uma melhoria das receitas e gerar mais emprego no campo.

Lúdio Coelho observou que se o governo destinasse maior volume de financiamento para a soja poderia haver maior exportação desse grão. Ele também felicitou o governo pela liberação de recursos para a agricultura familiar.

Plano Real ainda tem longo caminho, diz Artur da Távola

Senador considera a estabilização o início de uma batalha de duas gerações para se resolverem realmente os problemas sociais do País



Eduardo Suplicy

Suplicy lamenta Brasil bicampeão da desigualdade

O relatório do Banco Mundial (Bird) sobre o ano de 1996, divulgado sexta-feira, voltou a colocar o Brasil como o campeão da desigualdade social, entre 85 países listados. A informação é do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que disse ontem lamentar o bicampeonato atribuído a nosso País. Ele disse que a liderança de desequilíbrio, destacada no relatório de 1995, provocou grande repercussão e motivou pronunciamento de muitos senadores.

Suplicy citou que no relatório recém-divulgado o Brasil novamente aparece como o único dos 85 países em que a parcela dos 10% mais ricos fica com mais da metade da renda nacional, enquanto a parcela dos 40% mais pobres tem acesso a apenas 7% da renda que o País consegue gerar.

O senador explicou que a pesquisa do Ipea, indicando melhoria no poder aquisitivo da parcela mais pobre dos brasileiros, tinha levado em consideração apenas rendimentos do trabalho. Suplicy chamou também a atenção para a inclusão de mais dois empresários brasileiros na lista dos homens mais ricos do mundo, organizada pela revista *Forbes*. Suplicy criticou o ex-presidente Collor, flagrado pela imprensa em comemoração festiva na Indonésia Francesa, "logo após a morte do colega de trabalho, PC Farias".



Távola pede compreensão para a necessidade das reformas

Ney Suassuna insiste na independência do BC

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) destacou ontem ter o Plano Real obtido avanços nos dois anos de execução, mas defendeu a necessidade de o governo definir urgentemente políticas agrícola, industrial e de incremento das exportações, e colocar freio no crescimento da dívida pública.

Ele disse não concordar que o Banco Central compre e venda títulos do Tesouro Nacional sem autorização do Legislativo, argumentando que a emissão de títulos da dívida pública, prestes a atingir R\$ 200 bilhões, segundo afirmou, está significando na realidade a emissão de moeda, com séria ameaça de crise futura para o equilíbrio econômico do País.

Suassuna voltou a insistir na independência do Banco Central, para que haja separação entre polí-



Ney Suassuna

tica monetária e fiscal, único meio "de evitar práticas que beneficiem indevidamente o Tesouro Nacional". Para ele, as instituições guardiãs da moeda não podem estar sujeitas a pressões do Tesouro Nacional.

O senador informou que vai apresentar ainda esta semana projeto regulamentando o artigo 192 da Constituição Federal, que trata do sistema financeiro nacional.

As comemorações dos dois anos de implantação do Plano Real "não devem ter nenhum tom triunfalista", porque se trata do começo de longo trabalho a ser feito, afirmou ontem o senador Artur da Távola (PSDB-RJ). Para ele, "ninguém é cego para não ver" que o governo deve enfrentar o déficit público, o desemprego e lutar para que se chegue "ao estado socialmente necessário".

- Sabemos que há necessidade de uma a duas gerações para se resolverem os problemas sociais do País, mas o início de tudo era a estabilização monetária. Hoje temos certeza de que o País tem uma saída para resolver suas mazelas sociais.

Conforme Artur da Távola, o importante é que o governo sabe o rumo a ser tomado, "sem desconhecer os efeitos colaterais dos remédios, porque eles podem ser a solução para a doença". O senador pediu compreensão para o esforço que o governo vem fazendo para implantar as reformas mínimas destinadas a permitir que o País cresça sem riscos de retrocessos políticos ou econômicos.

Os primeiros resultados das reformas começam a surgir, informou Artur da Távola. Como exemplo, ele citou os R\$ 4 bilhões que serão investidos no ano que vem na área de telecomunicações, principalmente pelo setor privado, como resultado do fim do monopólio estatal no setor.

Comissões votam telefonia celular no dia 10

O presidente da CCJ, Iris Rezende, pediu aos relatores que encaminhem já seus pareceres para publicação antes da reunião conjunta que dará início ao exame da proposta do governo

Motta explica programa de telecomunicações

O ministro das Comunicações, Sérgio Motta, esclareceu ontem, no Senado, que o desenvolvimento do programa brasileiro de telecomunicações envolve três etapas: a aprovação do projeto de lei que trata dos serviços de telecomunicações; o encaminhamento ao Congresso, em setembro, de proposta criando um órgão regulador desses serviços; e o programa de privatização, que deve ser concluído até 1998.

Em sua exposição às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais e de Serviços de Infra-Estrutura, Sérgio Motta destacou que os princípios básicos para a abertura das comunicações ao capital privado envolvem a competitividade e a universalidade, isto é, o acesso de todos os cidadãos aos serviços do setor. Ele explicou que o programa pretende atuar em quatro linhas: a modernização dos serviços postais; a reestruturação dos serviços de telecomunicações; o programa de investimentos no setor; e o restabelecimento de um novo modelo brasileiro de telecomunicações.

Segundo o ministro, a aprovação do projeto constituiu uma oportunidade de o governo abrir o setor para o capital privado. Motta informou que já há 19 consórcios interessados em investir na área, acrescentando que a regulamentação das telecomunicações "consolidará uma nova estrutura econômica no País, tornando o Estado mais reduzido, regulador e eficiente".

As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infra-Estrutura do Senado começam a votar na próxima quarta-feira, dia 10, o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a exploração da telefonia celular, do serviço limitado de telecomunicações e do serviço de transporte de sinais por satélites.

O projeto, de iniciativa do Executivo, trata ainda da organização dos serviços de telecomunicações e da prestação de serviços de valor adicionado. O presidente da CCJ, senador Iris Rezende (PMDB-GO), pediu em nome das três comissões, que os respectivos relatores encaminhem seus pareceres para publicação, a fim de que os senadores possam conhecer a matéria antes da reunião conjunta.

Na reunião realizada ontem, o funcionamento do órgão re-



Os senadores debateram ontem os planos de privatização das telecomunicações

gulador foi a principal preocupação dos senadores, durante o debate com o ministro das Comunicações, Sérgio Motta. O projeto de lei que está no Senado não define atribuições, competência e estrutura desse órgão regulador, estabelecendo apenas que o presidente da República encaminhará ao Congresso, no prazo de seis meses, projeto de lei nesse sentido, e que caberá ao Ministério das Comunicações exercer as funções daquele órgão até a sua instalação.

O senador Osmar Dias (PR), relator da matéria na CAE, quis saber se era possível a instala-

ção do órgão regulador em seis meses. Ele ouviu de Sérgio Motta a explicação de que o assunto está sendo estudado há meses no ministério, com o apoio de três consultoras internacionais, e que o projeto será enviado ao Congresso em setembro.

Em resposta a indagação de Hugo Napoleão (PFL-PI), relator na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Sérgio Motta explicou que a telefonia celular fixa não estava sendo objeto do projeto em tramitação por envolver uma atividade inerente às empresas de telecomunicações estaduais.

Órgão regulador domina os debates

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) disse que a Constituição não autoriza a elaboração de uma lei subsidiária sem a previsão do órgão regulador. Já o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) afirmou que, enquanto não for votada a lei dispondo sobre o órgão regulador, o Ministério das Comunicações ficará com superpoderes.

A instalação de telefones celulares fixos de natureza pública em ônibus interestaduais e na área rural foi defendida pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES). O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) destacou que, enquanto o órgão regulador não for instalado, fi-

cará tudo no âmbito do Ministério das Comunicações, "e, portanto, fora do controle do Congresso".

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ao governo que se empenhe na regulamentação das rádios comunitárias. Por sua vez, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) disse que a privatização é o caminho a ser seguido pelo País, citando a geração de empregos em seu estado, no setor elétrico.

Para Lauro Campos (PT-DF), não existe, na área de telefônica, um mercado concorrencial, mas o monopólio. O senador Romeu Tuma (PSL-SP) quis saber se é possível

disciplinar as exceções do artigo 11 do projeto, segundo o qual nos próximos três anos o Executivo poderá adotar limites na composição do capital das concessionárias para exploração de Serviço Móvel Celular e de Serviço de Transporte de Sinais de Telecomunicações por Satélite, assegurando que pelo menos 51% do capital votante pertença a brasileiros. O ministro respondeu que isso não é protecionismo, mas visa a criar condições de competição e participação. A questão também foi tratada pelo relator da matéria na CCJ, senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Marina pede prisão do outro assassino de Chico Mendes

Senadora reivindica que assassino capturado cumpra prisão no Acre e diz que tratará do assunto hoje em audiência com o Presidente

A senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou ontem que é fundamental ninguém se considerar inteiramente satisfeito com a prisão de Darly Alves da Silva, o mandante do assassinato do seringalista Chico Mendes. Ela disse ser necessário que a Polícia Federal recapture também o executor do crime, Darcy, filho do mandante.

- Não podemos nos consolar com esse resultado parcial. É fundamental que continuemos inquietos até para dar ao Acre a estrutura de segurança que sua população merece - disse a senadora.

Marina Silva anunciou que hoje terá audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso, quando tentará explicar o caos em que se encontra seu estado. Ela informou que dirá também que a prisão de Darly numa cela da Polícia Fe-



Marina Silva

deral em Brasília deve ser apenas temporária. Em sua opinião, o Acre precisa ter condições carcerárias para abrigar criminosos como esses. A senadora explicou que, assim como não tem condições para encarcerar Darly, a segurança pública acreana não tem como impedir a fuga de vários criminosos que estão deixando a cadeia.

- O mandante do assassinato de Chico Mendes também não pode ficar sempre numa

prisão de segurança máxima, enquanto a população do Acre se encontra em segurança mínima - disse Marina Silva.

PNEUS ECOLÓGICOS

No mesmo discurso, a senadora Marina Silva disse que está apresentando a empresas de pneumáticos a idéia da fabricação de pneus com borracha da Amazônia.

"Essa é uma idéia promissora para a empresa que tiver a coragem de apostar num produto que ajuda a preservar o ecossistema", argumentou a parlamentar. Em sua opinião, muitas pessoas se sentirão satisfeitas em comprar um produto ecologicamente correto, mesmo que seja um pouco mais caro. Marina Silva informou ainda que o ministro do Exército prometeu estudar a utilização desse material para substituir a borracha sintética usada nas botas da corporação.



Romeu Tuma

Tuma cumprimenta Polícia Federal pela recaptura de Darly

Ao cumprimentar ontem a Polícia Federal pela recaptura de um dos assassinos do seringalista Chico Mendes, Darly Alves, o senador Romeu Tuma (PSL-SP) manifestou sua convicção de que proximamente o outro foragido, Darcy Alves, também será preso. "Tenho a certeza de que a Polícia Federal não paralisará as investigações para achar o outro assassino", afirmou.

O senador também prestou sua homenagem ao Dia dos Bombeiros, comemorado ontem. Tuma relatou que, de manhã, fez um pronunciamento na Academia de Bombeiros Militares do Distrito Federal, que completou 140 anos de existência e realizou solenidade de formatura de sua última turma de cadetes. Romeu Tuma foi o paraninfo.

Patriotismo na Bahia vira festa, comemora Josaphat

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) destacou que na data de ontem (dia 2 de julho)



Josaphat

"povo e governo saem às ruas, na Bahia, para as comemorações da vitória baiana contra a resistência portuguesa à independência do Brasil". Ele disse não ser necessário relatar os fatos históricos que motivam a manifestação, explicando-a como homenagem aos antepassados. Josaphat disse que seus conterrâneos expressam, em festa, os sentimentos patrióticos.

Ademir quer logo negociação em Serra Pelada

A última esperança para os garimpeiros de Serra Pelada, segundo disse ontem o senador Ademir Andrade (PSB-PA), é a ida da comissão de senadores à região para intermediar as negociações entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e os garimpeiros. O senador pediu urgência na instalação da comissão, criada por iniciativa do senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) e dependente de indicação dos membros do PFL que a comporão. "Estamos prestes a assistir à invasão de Serra Pelada pelas Forças Armadas", afirmou.

Ademir Andrade explicou que a Vale e os garimpeiros disputam a exploração de Serra Pelada há tempos e que

o anúncio da descoberta de uma mina de ouro acirrou o conflito. Conforme frisou, uma juíza federal já deu ganho de causa aos garimpeiros, reconhecendo que a CVRD não é proprietária daquelas terras. A Vale não aceita a decisão judicial e, como afirmou Ademir, está-se valendo da miséria dos garimpeiros para adquirir as terras.

O senador relatou que a empresa compra as propriedades e, logo após, derruba as casas nelas existentes, para que outros garimpeiros não se instalem. Essa atitude da Vale, na opinião do senador, é para não negociar uma indenização com todos os garimpeiros, como eles desejam.

Ademir Andrade também cumprimentou o ministro da



Ademir Andrade

Justiça, Nelson Jobim, o presidente Fernando Henrique Cardoso e a Polícia Federal pela prisão de um dos assassinos de Chico Mendes. "A impressão era de que a coisa estava esquecida e de que nada se fazia para acabar com a impunidade. Felizmente estávamos enganados", disse.

Lobão cobra recursos para as obras inacabadas

Com apenas R\$ 1,5 bilhão é possível ao governo concluir 200 obras socialmente prioritárias, acatadas pelos relatores da Comissão Mista de Orçamento, ressalta senador



Lauro Campos

Lauro prefere que Zyuganov não vença as eleições

O senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou ontem que será melhor para a Rússia que o candidato comunista Guennadi Zyuganov não vença o segundo turno das eleições presidenciais, porque ele não terá condições de implantar o verdadeiro regime socialista, devido ao caos em que o país se encontra. "É melhor que Yeltsin continue e leve sua idéia de economia de mercado à total desmoralização".

A antiga União Soviética nunca implantou um regime totalmente socialista, na opinião de Lauro Campos, porque o país teve de desviar suas forças de produção para enfrentar 27 tentativas de invasão territorial, uma guerra fria, uma corrida armamentista e uma corrida espacial. No fundo, conforme o senador, a União Soviética conheceu mesmo foi um capitalismo de estado, e não o socialismo de Marx, Engels e outros. Para ele, "era de se prever que a experiência fracassaria".

Depois de afirmar que a Rússia vive um momento de caos por causa da tentativa de implantação de uma economia de mercado, Lauro Campos destacou que "verdadeiras máfias se apoderaram de todos os setores da chamada economia de mercado. A máfia dos bancos, por exemplo, matou nos últimos cinco meses 46 diretores de bancos".

O senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que o governo não tem nenhuma justificativa para não concluir suas próprias obras inacabadas, depois que uma comissão temporária do Senado fez o levantamento das obras paralisadas e encaminhou a listagem ao Executivo. Cerca de 200 desses projetos foram beneficiados com verbas do Orçamento deste ano.

A inclusão das 200 obras no Orçamento foi acatada pelos relatores da Comissão Mista do Orçamento, depois de verificarem que fo-



Edison Lobão

ram seguidos critérios técnicos e prioridades sociais na escolha dos projetos inacabados. Conforme Edi-

son Lobão, presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, cabe agora ao Executivo liberar o dinheiro para a retomada das obras que o Congresso elegeu como prioritárias.

- Necessita-se de apenas R\$ 1,5 bilhão, menos que meio por cento do Orçamento da República, mas de importância vital para milhares de pessoas em áreas sabidamente carentes. A administração federal, afinal, deve ser a principal interessada em concluir as obras que iniciou e não terminou - ressaltou Lobão.

Ramez Tebet apela ao governo por autorização a universidade de MS

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) apelou ao governo federal para que transforme em realidade a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, que já funciona de fato, com recursos orçamentários previstos na Constituição estadual, mas ainda aguarda do Ministério da Educação autorização para funcionamento definitivo.

Ele disse que, juntamente com a reitora Leocádia Aglaé Leme e a deputada Marisa Serrano, formalizou esse pedido no MEC, aguardando agora a resposta do ministro Paulo Renato de Souza.

Segundo o senador, o projeto de autorização dessa universidade, espalhada já em 15 cidades do estado, está em fase conclusi-



Ramez Tebet

va de tramitação, mas precisa ser agilizado pelo ministro. Ele explicou a importância dessa iniciativa, que democratiza o acesso ao saber, alcançando áreas até então isoladas do estado. Lembrando que todos os países prósperos injetaram recursos na melhoria da educação de primeiro e segundo graus, Ramez Tebet disse que o pré-requisito

para isso é a formação de profissionais em suas regiões de origem. Por isso, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, que tem sede na cidade de Dourados, forma profissionais em meio ao mercado de ensino, com unidades encravadas em diversos municípios.

Conforme explicou Ramez Tebet, essa universidade apresenta oferta temporária e rotativa de cursos, sempre atenta às necessidades locais e regionais, racionalizando recursos públicos e evitando o oferecimento de cursos permanentes em mercados já saturados. A ausência de amarras burocráticas, acrescentou o senador, também dá à universidade agilidade no processo decisório e uma configuração voltada para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul.

Cafeteira defende *Voz do Brasil* como é

Líder do PPB no Senado discorda da flexibilização da obrigatoriedade de transmissão do programa, proposta que jornal paulista atribui ao presidente Fernando Henrique Cardoso

Iris lamenta falecimento de ex-deputada



Iris

A morte da professora goiana e ex-deputada estadual Almerinda Arantes foi lamentada ontem pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO). "Ela desempenhou um papel de elevada importância na vida pública de Goiás. Suas atividades políticas sempre foram marcadas pelo pioneirismo e determinação", disse.

O senador afirmou que Almerinda Arantes foi a primeira mulher a obter o título eleitoral no Brasil e a ocupar um cargo importante em executivo estadual, como secretária de Educação.

- Almerinda era uma mulher de muita fibra e intransigente na defesa da ordem e da legalidade. Mesmo nos momentos mais polêmicos, colocava como prioridade os interesses da coletividade e chegou a ser conhecida como a parlamentar que mais derrubou vetos de governadores na história da Assembleia Legislativa do estado - destacou.

O líder do PPB no Senado, Epitácio Cafeteira (MA), disse ontem que, enquanto o presidente da República pode convocar cadeia de rádio e televisão para comunicar-se com o País na hora que quiser, a maioria dos parlamentares dispõe apenas do programa *Voz do Brasil* para prestar contas de sua ação diária ao eleitorado. Com esse argumento, ele discordou da posição do presidente Fernando Henrique Cardoso, que, conforme o jornal *O Estado de S. Paulo*, deseja flexibilizar a obrigatoriedade da transmissão desse programa oficial.

Referindo-se à divisão do horário entre o Executivo e o Legislativo, Cafeteira comentou: "O presidente da República pode



Epitácio Cafeteira

abrir mão da meia hora dele, porque pode convocar as emissoras quando quiser, mas nós, legisladores, não dispomos disso". O senador explicou que é mediante a *Voz do Brasil* que o parlamentar presta contas, a seu estado, de sua ação em Brasília.

- Querem tirar até isso do Congresso? O Presidente quer

nos tirar o direito de nos comunicarmos com o povo? - indagou o senador. Ele anunciou que, assim como apoiará o parecer do senador Josaphat Marinho (PFL-BA) destinado a disciplinar o instituto da medida provisória, se posicionará firmemente contra a flexibilização do horário da *Voz do Brasil*.

Cafeteira disse não admitir sequer discutir o assunto, lembrando que as emissoras de rádio são concessionárias de um serviço do governo, sobre o qual recebem vultuosos lucros. Ele explicou que nas regiões mais pobres do País não existe outra forma de comunicação do eleitorado com o parlamentar, a não ser a *Voz do Brasil*.

Requião protesta contra tratamento dado pela Inglaterra a jornalistas brasileiros

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) criticou ontem o tratamento dado aos jornalistas Fábio Riesemberg e Cristiane Rangel que, em viagem de férias, foram detidos pelo Serviço de Imigração britânico, no Aeroporto Internacional de Heathrow, tendo passado por constrangimentos e sendo obrigados a voltar ao Brasil. Ao ler comunicação a ele enviada pelo Sindicato dos Jornalistas do Paraná, o parlamentar criticou também o "descaso" do Ministério das Relações Exteriores e do embaixador brasileiro em Lon-

dres, Rubens Antonio Barbosa, que passou ao cônsul a responsabilidade pela solução do problema.

Conforme Requião, um telefonema foi o único direito dado aos dois jornalistas detidos no aeroporto. Eles entraram em contato com o Consulado brasileiro e o cônsul Reinaldo Salgado, no entanto, aconselhou os jornalistas a voltarem ao Brasil, pacificamente, dizendo que não poderia fazer nada para ajudá-los.

- É para isso que serve o Itamaraty, lavar as mãos quando há um problema para resol-



Roberto Requião

ver no exterior. Essa é uma situação que tem de ser resolvida diplomaticamente, para compensar os dois jornalistas pelo terrível constrangimento a que foram submetidos - disse o senador.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume

e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Areliano e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal